



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
EMPREGADOS DO SISTEMA FIERGS - CRESUL

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO SISTEMA FIERGS -
CRESUL**

CNPJ 92.675.578/0001-66

**Travessa Francisco de Leonardo Truda, número 40 – 14º andar sala 143
Porto Alegre –RS-CEP 90010-050**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.**

Nota 1: Contexto Operacional

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Sistema Fiergs - Cresul, constituída em 17/03/1953, é uma sociedade por cotas, regulada pelo disposto na Lei nº 5.764/71, cujo capital é constituído exclusivamente por recursos da iniciativa privada com seus objetivos sociais em conformidade com a referida Lei e definidos em seu Estatuto Social. Foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Ato nº 208 de 1968, têm por objetivo principal proporcionar a educação cooperativista e, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados, além de prestar serviços inerentes à sua condição de instituição financeira.

Nota 2: Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Financeiras.

Nota 3: Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, devidamente apontado em nota explicativa.

- a) Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência;
- b) Os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras estão representados pelos valores de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- c) As operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço pelas taxas contratadas;

- d) A provisão para operações de créditos em liquidação duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo);
- e) Os equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.
- f) Os valores que compõem o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido não foram corrigidos monetariamente, em obediência a Lei 9.249/95 artigo 4º que revogou a correção monetária das demonstrações financeiras;

Nota 4: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Aplicação	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
<i>Poupança Banco do Brasil</i>	2.374.951,78	1.461.196,87
<i>Poupança Banrisul</i>	2.276.641,30	1.506.624,33
Totais	4.651.593,08	2.967.821,20

Os rendimentos das aplicações financeiras, neste exercício, foram de R\$ 214.887,64 oriundos de aplicações em Poupança.

Nota 5: Operações de Crédito

A carteira de crédito da Cooperativa é composta por operações de Empréstimos e Financiamentos, sendo sua distribuição por tipo de cliente e atividade econômica de 100% a pessoas físicas, apresentando as seguintes composições:

- De acordo com o prazo de vencimento:

Prazo	Valor em 31/12/2024	Valor em 31/12/2023
<i>Operações Vencidas</i>	102.970,27	79.267,62
<i>Operações a Vencer</i>	10.790.233,27	10.803.120,63
<i>Até 180 dias</i>	3.164.846,05	3.198.988,18
<i>De 181 a 360 dias</i>	2.977.429,20	2.922.363,35
<i>Acima de 361 dias</i>	4.647.957,22	4.681.769,10
Total Líquido da Carteira	10.893.203,54	10.882.388,25

- De concentração:

Os dez maiores devedores em conjunto devem R\$ 560.511,92, representando 5,10% do total da carteira de crédito. O maior saldo devedor é de R\$ 80.292,48, representando 0,54% do PR da Cooperativa.



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
EMPREGADOS DO SISTEMA FIERGS - CRESUL

- De Renegociações:

No exercício de 2024 ocorreram renegociações de 316 operações totalizando R\$ 1.439.184,55 de refinanciamentos.

No exercício de 2024 não ocorreu baixa de empréstimos em prejuízo e não foram recuperados valores de operações baixadas em exercícios anteriores.

- De acordo com a Classificação pelo Risco e Provisionamento:

Nível de Risco Atraso	Créditos 31/12/2024	Provisão 31/12/2024	Créditos 31/12/2023	Provisão 31/12/2023
A	8.118.161,63	40.590,94	8.293.548,55	41.467,74
B - 15 a 30 dias	1.857.304,43	18.573,17	1.786.113,05	17.861,13
C - 31 a 60 dias	434.527,37	13.035,78	298.458,48	8.953,76
D - 61 a 90 dias	410.886,93	41.088,87	388.327,38	38.832,73
E - 91 a 120 dias	64.633,80	19390,16	93.545,63	28.063,70
F - 121 a 150 dias	3.607,80	1.803,94	1.632,22	816,11
G - 151 a 180 dias	0,00	0,00	14.842,93	10.390,05
H - Acima de 180 dias	4.081,58	4.081,58	5.920,01	5.920,01
Totais	10.893.203,54	138.564,44	10.882.388,25	152.305,23

Nota 6: Outros Créditos

Composição:	31/12/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Adiantamentos a Funcionários	0,00	663,46
Empresa Conta Desconto em Folha	938.973,54	952.583,49
Total	938.973,54	953.246,95

O valor de R\$ 938.973,54 corresponde ao montante a ser repassado pelas empresas do Sistema Fiergs referente a empréstimos e capital consignados em folha no mês de Dezembro, a serem ressarcidos no início de janeiro.

Nota 7: Ativo Não Circulante – Operações de Crédito

O valor de R\$ 4.647.957,22 (R\$ 4.681.769,10 em 2023) representa parcelas a receber de contratos de operações de crédito com associados, vencíveis após 31/12/2025.

Nota 8: Ativo Não Circulante - Permanente



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
EMPREGADOS DO SISTEMA FIERGS - CRESUL

- *Imobilizado*

Composição:	Taxa	31/12/2024			31/12/2023
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Edificações	4 %	1995,93	(1.995,93)	-,-	-,-
Instalações	10 %	3.498,50	(2.587,80)	910,70	1.050,74
Móveis e Equipamentos de Uso	10 %	8.444,57	(7.765,84)	678,73	7.006,74
Sistema de Processamento Dados	20 %	8.333,69	(3.428,51)	4.905,18	18.904,67
Total		22.272,69	(15.778,08)	6.494,61	26.962,15

- *Intangível*

Composição:	Taxa	31/12/2024			31/12/2023
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Intangíveis	20 %	10.585,00	(10.585,00)	-,-	-,-
Total		10.585,00	(10.585,00)	-,-	-,-

Nota 9: Outras Obrigações

Composição:	31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
F A T E S	172.020,49	-,-	70.420,75	-,-
Provisão Juros ao Capital	1.144.360,65	-,-	991.651,00	-,-
Cotas de Capital a Pagar	215.280,41	-,-	217.311,32	-,-
Impostos e Contrib. Recolher	17.080,44	-,-	25.061,20	-,-
Créditos de Fornecedores	15.949,13	-,-	14.332,73	-,-
Provisão p/Pagam. a Efetuar	60.111,03	-,-	59.824,66	-,-
Credores Diversos País	3.342,62	-,-	7.359,14	-,-
Total	1.628.144,77	-,-	1.385.960,80	-,-

- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social

No encerramento do exercício foi constituído o montante de R\$ 49.493,26 representando 5% das sobras brutas do exercício. Também foi transferido para o FATES o resultado dos Atos não Cooperativos do Exercício de 2024 no montante de R\$ 52.106,48. Não ocorreram dispêndios com a utilização de verbas do FATES

A utilização no exercício de 2024 ficou assim demonstrada:

Saldo do FATES em 31/12/2023.....R\$	70.420,75
(-) Dispêndios realizados em 2024.....R\$	(0,00)
(+) Destinação das Sobras Exercício 2024.....R\$	49.493,26
(+) Resultado Atos não Cooperativos 2024.....R\$	52.106,48
Saldo do FATES em 31/12/2023.....R\$	172.020,49

Nota 10: Capital Social e Quadro Social

O Capital Social está representado pela participação de 2.654 associados (2.383 em 2022), no valor de R\$ 9.437.847,81 (R\$ 8.263.694,94 em 2022), totalmente integralizado. Em relação à posição de 31/12/2022 foi verificado um acréscimo de 14,20%. O quadro social da Cooperativa é composto por quatro pessoas jurídicas e 2.650 pessoas físicas.



acordo com a Política de Gerenciamento de Risco aprovada. Não foram identificados fatos relevantes no Exercício.

Nota 16 - Gerenciamento do Risco de Crédito

A Cooperativa implantou a estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito, conforme manual aprovado pelo Conselho de Administração. O acompanhamento das medidas aprovadas está sendo monitorado pelo Comitê de Crédito, não sendo constatada até o momento qualquer necessidade de ajustes ou mudanças operacionais.

Nota 17 - Gerenciamento de Continuidade dos Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência.

Nota 18 - Adequação do Modelo Contábil e Classificatório de Instrumentos Financeiros - Resolução 4.966/21

Em atendimento à Resolução do CMN 4.966/2021, o plano aprovado pelo Conselho de Administração foi concluído adequando o Modelo Contábil e Classificatório de Instrumentos Financeiros da cooperativa. Foram implantadas as mudanças necessárias no ambiente de sistemas e das políticas e práticas de formação das provisões para perdas esperadas, além da mensuração dos possíveis reflexos econômicos destas medidas nos ajustes do modelo de negócios e em relação ao quadro de colaboradores.

As simulações da nova provisão, prevista de acordo com a Resolução 4966/2021 e alterações posteriores, principalmente a Resolução 397 de 07/2024, indicam uma reversão do montante de provisões efetuadas anteriormente com base na Resolução 2682/1999.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024.

Mariane Luiza Spiekermann
Diretora Presidente

Marcio Jose Allegretti
Diretor Resp. Área Contábil

Valda Maria de Oliveira Echauri
Contadora-CRCRS: 53.810/O-1
CPF: 056.535.500-78